

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	22
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	78
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	79

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	683.509.869
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>683.509.869</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	26/03/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,36913

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	31.612.765	30.355.440
1.01	Ativo Circulante	3.370.252	3.215.445
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.737.971	1.722.991
1.01.03	Contas a Receber	1.260.230	1.156.785
1.01.03.01	Clientes	1.056.002	1.034.820
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	204.228	121.965
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	204.228	121.965
1.01.04	Estoques	59.877	66.487
1.01.06	Tributos a Recuperar	174.572	148.768
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	174.572	148.768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.602	120.414
1.01.08.03	Outros	137.602	120.414
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	21.881	19.750
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	115.721	100.664
1.02	Ativo Não Circulante	28.242.513	27.139.995
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.547.471	780.362
1.02.01.03	Contas a Receber	171.172	189.458
1.02.01.03.01	Clientes	171.172	189.458
1.02.01.06	Tributos Diferidos	377.154	209.478
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	377.154	209.478
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	700.197	102.018
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	700.197	102.018
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	298.948	279.408
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	84.657	69.488
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	125.103	122.634
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	89.188	87.286
1.02.02	Investimentos	76.132	75.262
1.02.02.01	Participações Societárias	22.093	21.223
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	22.093	21.223
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.039	54.039
1.02.03	Imobilizado	309.721	304.845
1.02.04	Intangível	26.309.189	25.979.526
1.02.04.01	Intangíveis	26.309.189	25.979.526
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.717.723	8.650.531
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	6.168.586	6.082.062
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	11.146.863	10.986.386
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	276.017	260.547

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	31.612.765	30.355.440
2.01	Passivo Circulante	3.560.588	3.480.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	370.597	387.971
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.497	38.427
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	351.100	349.544
2.01.02	Fornecedores	238.468	323.513
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	238.468	323.513
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.038	74.138
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	53.466	64.209
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	7.569	0
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	32.891	33.324
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	13.006	30.885
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	48
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.572	9.881
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.378.233	1.207.126
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	513.208	484.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	202.810	245.384
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	310.398	238.680
2.01.04.02	Debêntures	855.425	714.065
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	9.600	8.997
2.01.05	Outras Obrigações	910.326	862.736
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.288	1.569
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.288	1.569
2.01.05.02	Outros	909.038	861.167
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	214.523	214.523
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	402.830	318.973
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	13.254	16.929
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	161.778	189.551
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	38.508	38.047
2.01.05.02.09	Indenizações	10.722	10.516
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	67.423	72.628
2.01.06	Provisões	601.926	625.092
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	109.991	120.003
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.540	8.681
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.356	48.340
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	65.095	62.982
2.01.06.02	Outras Provisões	491.935	505.089
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	31.530	62.250
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	397.829	382.937
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	62.576	59.902
2.02	Passivo Não Circulante	14.429.596	13.570.461
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.468.794	9.578.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.817.341	5.718.135
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.707.532	1.610.523
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.109.809	4.107.612
2.02.01.02	Debêntures	3.169.145	3.386.913

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	482.308	473.593
2.02.02	Outras Obrigações	3.458.986	3.396.565
2.02.02.02	Outros	3.458.986	3.396.565
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.771.585	2.729.598
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	18.621	18.208
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	352.680	330.236
2.02.02.02.07	Indenizações	12.184	8.925
2.02.02.02.08	Obrigações Trabalhistas	16.699	23.498
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	129.120	129.351
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	158.097	156.749
2.02.04	Provisões	501.816	595.255
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	269.700	285.197
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.975	46.873
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	178.107	184.893
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.618	53.431
2.02.04.02	Outras Provisões	232.116	310.058
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	153.338	163.347
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	74.319	141.237
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	4.459	5.474
2.03	Patrimônio Líquido	13.622.581	13.304.403
2.03.01	Capital Social Realizado	10.000.000	10.000.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.694.151	3.694.151
2.03.04.01	Reserva Legal	758.141	758.141
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	22.002	22.002
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	2.914.008	2.914.008
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	318.178	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-389.748	-389.748

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.468.641	2.791.930
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.758.677	-1.678.717
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.182.301	-1.158.245
3.02.02	Custos de Construção	-576.376	-520.472
3.03	Resultado Bruto	709.964	1.113.213
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	426.298	-400.708
3.04.01	Despesas com Vendas	-184.481	-156.597
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	577.608	-200.674
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.283	16.507
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	34.086	17.814
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-4.803	-1.307
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.774	-59.576
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	8.301	-45.647
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	0	-865
3.04.05.04	Custo Excedente de Energia Elétrica Comercializada	-5.532	0
3.04.05.06	Provisão para Perdas Diadema e Saned	0	-13.000
3.04.05.20	Outras	5	-64
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.114	-368
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.136.262	712.505
3.06	Resultado Financeiro	-985.760	27.519
3.06.01	Receitas Financeiras	104.388	96.508
3.06.01.01	Receitas Financeiras	103.829	96.852
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	559	-344
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.090.148	-68.989
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-205.623	-185.998
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-884.525	117.009
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	150.502	740.024
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	167.676	-262.438
3.08.01	Corrente	0	-276.717
3.08.02	Diferido	167.676	14.279
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	318.178	477.586
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	318.178	477.586
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,46551	0,69873
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,46551	0,69873

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	318.178	477.586
4.03	Resultado Abrangente do Período	318.178	477.586

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	476.478	806.862
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	758.316	1.261.463
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	150.502	740.024
6.01.01.02	Provisões e variações monetárias de provisões	-84.524	18.881
6.01.01.03	Acordo GESP	-696.283	0
6.01.01.04	Encargos financeiros de clientes	-49.035	-42.106
6.01.01.05	Valor Residual do Imobilizado e Intangível Baixados	-8.301	370
6.01.01.06	Depreciação e amortização	253.308	260.258
6.01.01.07	Juros calculados s/empréstimos e financiamentos a pagar	121.043	109.137
6.01.01.08	Variações monetária e cambiais de empréstimos e financiamentos	940.559	-83.982
6.01.01.09	Juros e variações monetárias passivas	6.045	5.023
6.01.01.10	Juros e variações monetárias ativas	-14.807	0
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.343	14.693
6.01.01.12	Provisão para termo de ajustamento de conduta (TAC)	-43.148	4.732
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.114	368
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	2.044	1.877
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	-3.563	81.108
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	68.423	89.511
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-12.090	-10.755
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	81.914	72.324
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-70.537	-81.567
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	2.367	123.704
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	12.556	12.896
6.01.02.03	Estoques	6.638	4.051
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-25.804	0
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-19.428	-39.623
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-648	5.119
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-11.648	-5.028
6.01.02.09	Salários, Encargos e Contribuições Sociais	25.774	47.445
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-39.927	-38.929
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	4.643	-61.779
6.01.02.12	Serviços Recebidos	15.434	87.576
6.01.02.13	Outras Obrigações	-8.182	-114.429
6.01.02.14	Provisões	-32.081	-105.075
6.01.02.15	Cofins/Pasep diferidos	-231	2.505
6.01.03	Outros	-211.301	-373.034
6.01.03.01	Juros Pagos	-193.558	-179.173
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-17.743	-193.861
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-530.248	-604.639
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-8.402	-7.471
6.02.02	Aquisição de Intangíveis	-519.959	-510.440
6.02.03	Aumento de Investimento	244	-3
6.02.04	Caixa Restrito	-2.131	-86.725

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	68.750	-1.752
6.03.01	Captações	311.671	198.444
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-203.905	-184.930
6.03.04	Parceria Público-Privada - PPP	-5.611	-4.912
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-33.405	-10.354
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.980	200.471
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.722.991	1.782.001
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.737.971	1.982.472

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	10.000.000	0	3.694.151	0	-389.748	13.304.403
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000.000	0	3.694.151	0	-389.748	13.304.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	318.178	0	318.178
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	318.178	0	318.178
5.07	Saldos Finais	10.000.000	0	3.694.151	318.178	-389.748	13.622.581

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	6.736.389	0	-133.531	12.930.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	6.736.389	0	-133.531	12.930.801
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	477.586	0	477.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	477.586	0	477.586
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	6.736.389	477.586	-133.531	13.408.387

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	2.579.701	2.978.779
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.004.492	2.444.431
7.01.02	Outras Receitas	34.086	17.814
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	588.466	531.227
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.343	-14.693
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.051.814	-1.200.585
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-989.974	-969.782
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-64.614	-171.227
7.02.04	Outros	2.774	-59.576
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.527.887	1.778.194
7.04	Retenções	-253.308	-260.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-253.308	-260.258
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.274.579	1.517.936
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	801.785	96.140
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.114	-368
7.06.02	Receitas Financeiras	104.388	96.508
7.06.03	Outros	696.283	0
7.06.03.01	Reembolso GESP - benefícios pagos	696.283	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.076.364	1.614.076
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.076.364	1.614.076
7.08.01	Pessoal	498.634	456.256
7.08.01.01	Remuneração Direta	322.756	301.277
7.08.01.02	Benefícios	137.592	126.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	38.286	28.772
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	76.306	555.324
7.08.02.01	Federais	48.927	531.298
7.08.02.02	Estaduais	19.883	16.303
7.08.02.03	Municipais	7.496	7.723
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.183.246	124.910
7.08.03.01	Juros	1.162.620	107.137
7.08.03.02	Aluguéis	20.626	17.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	318.178	477.586
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	318.178	477.586

## Comentário do Desempenho

### 1. Destaques financeiros

R\$ milhões

	1T15	1T14	Variação	
			R\$	%
(+) Receita operacional bruta	2.004,5	2.444,5	(440,0)	(18,0)
(+) Receita de construção	588,4	531,2	57,2	10,8
(-) COFINS E PASEP	124,3	183,7	(59,4)	(32,3)
(=) Receita operacional líquida	2.468,6	2.792,0	(323,4)	(11,6)
(-) Custos e despesas	789,1	1.515,5	(726,4)	(47,9)
(-) Custos de construção	576,4	520,5	55,9	10,7
(+) Resultado da equivalência patrimonial	1,1	(0,4)	1,5	(375,0)
(+) Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	32,1	(43,1)	75,2	(174,5)
(=) Resultado antes das financeiras, IR e CS	1.136,3	712,5	423,8	59,5
(+) Resultado financeiro	(985,8)	27,5	(1.013,3)	(3.684,7)
(=) Resultado antes do IR e CS	150,5	740,0	(589,5)	(79,7)
(+) Imposto de renda e contribuição social	167,7	(262,4)	430,1	(163,9)
Lucro líquido	318,2	477,6	(159,4)	(33,4)
Lucro por ação (R\$)*	0,47	0,70		

\*Quantidade de ações = 683.509.869

### Reconciliação do EBITDA Ajustado (Medições não contábeis)

R\$ milhões

	1T15	1T14	Variação	
			R\$	%
Lucro Líquido	318,2	477,6	(159,4)	(33,4)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(167,7)	262,4	(430,1)	(163,9)
(+) Resultado financeiro	985,8	(27,5)	1.013,3	(3.684,7)
(+) Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(32,1)	43,1	(75,2)	(174,5)
(=) EBIT ajustado*	1.104,2	755,6	348,6	46,1
(+) Depreciação e amortização	253,3	260,2	(6,9)	(2,7)
(=) EBITDA ajustado**	1.357,5	1.015,8	341,7	33,6
(%) Margem EBITDA ajustada	55,0	36,4		

\* O EBIT Ajustado corresponde ao lucro antes: (i) das outras receitas/despesas operacionais; (ii) do resultado financeiro; e (iii) do imposto de renda e contribuição social.

\*\* O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social; (iii) do resultado financeiro; e (iv) outras receitas/despesas operacionais, líquidas.

No 1T15, a receita operacional líquida, a qual considera a receita de construção, totalizou R\$ 2,5 bilhões, um decréscimo de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os custos e despesas, os quais consideram os custos de construção, totalizaram R\$ 1,4 bilhão, um decréscimo de 32,9% quando comparado aos R\$ 2,0 bilhões apresentados no 1T14. Desconsiderando o reembolso do Governo do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 696,3 milhões, os custos e despesas apresentaram um acréscimo de R\$ 25,8 milhões ou 1,3%.

O EBIT ajustado, no montante de R\$ 1,1 bilhão, aumentou 46,1% em relação aos R\$ 755,6 milhões apresentados em igual período do ano anterior.

O EBITDA ajustado, no montante de R\$ 1,4 bilhão, aumentou 33,6% em relação ao R\$ 1,0 bilhão apresentado no 1T14.

## Comentário do Desempenho

A margem EBITDA ajustada resultou em 55,0% no 1T15, ante os 36,4% obtidos no 1T14. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 71,6% no 1T15 (44,5% no 1T14).

O lucro líquido, no montante de R\$ 318,2 milhões, apresentou um recuo de 33,4% sobre os R\$ 477,6 milhões apresentados no 1T14.

## 2. Receita operacional bruta

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de água e esgoto, no montante de R\$ 2,0 bilhões, a qual não considera a receita de construção, sofreu um decréscimo de R\$ 440,0 milhões ou 18,0%, quando comparada aos R\$ 2,4 bilhões totalizados no 1T14.

Os principais fatores responsáveis pelo decréscimo foram:

- Concessão de bônus, no contexto do Programa de Incentivo à Redução no Consumo de Água, com impacto de R\$ 211,2 milhões no 1T15, ante os R\$ 10,7 milhões concedidos no 1T14; e
- Queda no volume faturado total em 11,7%, sendo 13,2% em água e 9,7% em esgoto.

O decréscimo na receita operacional bruta foi atenuado pela aplicação do índice de reposicionamento tarifário de 6,5% desde dezembro de 2014 e pelo efeito da Tarifa de Contingência, no montante de R\$ 79,3 milhões.

## 3. Receita de construção

A receita de construção resultou em um acréscimo de R\$ 57,2 milhões ou 10,8%, quando comparada com o 1T14. A variação se deve principalmente ao maior investimento ocorrido no 1T15.

## Comentário do Desempenho

### 4. Volume faturado

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto em comparação trimestral, de acordo com a categoria de uso e região.

TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO (1) DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO – milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Categoria	1T15	1T14	Var. %	1T15	1T14	Var. %	1T15	1T14	Var. %
Residencial	369,0	410,6	(10,1)	308,7	340,3	(9,3)	677,7	750,9	(9,7)
Comercial	40,5	44,9	(9,8)	38,1	42,0	(9,3)	78,6	86,9	(9,6)
Industrial	8,5	10,2	(16,7)	9,9	11,2	(11,6)	18,4	21,4	(14,0)
Pública	10,5	13,7	(23,4)	8,0	10,6	(24,5)	18,5	24,3	(23,9)
<b>Total varejo</b>	<b>428,5</b>	<b>479,4</b>	<b>(10,6)</b>	<b>364,7</b>	<b>404,1</b>	<b>(9,8)</b>	<b>793,2</b>	<b>883,5</b>	<b>(10,2)</b>
Atacado	53,4	75,5	(29,3)	6,3	6,6	(4,5)	59,7	82,1	(27,3)
<b>Total Geral</b>	<b>481,9</b>	<b>554,9</b>	<b>(13,2)</b>	<b>371,0</b>	<b>410,7</b>	<b>(9,7)</b>	<b>852,9</b>	<b>965,6</b>	<b>(11,7)</b>
TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO (1) DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO – milhões de m <sup>3</sup>									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
Por Região	1T15	1T14	Var. %	1T15	1T14	Var. %	1T15	1T14	Var. %
Metropolitana	267,9	308,9	(13,3)	230,9	262,9	(12,2)	498,8	571,8	(12,8)
Regional (2)	160,6	170,5	(5,8)	133,8	141,2	(5,2)	294,4	311,7	(5,6)
<b>Total varejo</b>	<b>428,5</b>	<b>479,4</b>	<b>(10,6)</b>	<b>364,7</b>	<b>404,1</b>	<b>(9,8)</b>	<b>793,2</b>	<b>883,5</b>	<b>(10,2)</b>
Atacado	53,4	75,5	(29,3)	6,3	6,6	(4,5)	59,7	82,1	(27,3)
<b>Total Geral</b>	<b>481,9</b>	<b>554,9</b>	<b>(13,2)</b>	<b>371,0</b>	<b>410,7</b>	<b>(9,7)</b>	<b>852,9</b>	<b>965,6</b>	<b>(11,7)</b>

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

## Comentário do Desempenho

### 5. Custos, despesas administrativas e comerciais

No 1T15, os custos, despesas administrativas e comerciais tiveram um decréscimo de 32,9% (R\$ 670,5 milhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, os custos e despesas apresentaram um decréscimo de 47,9%. A participação dos custos e despesas na receita líquida passou para 55,3% no 1T15, ante os 72,9% apresentados no 1T14.

O decréscimo de R\$ 670,5 milhões e a queda da participação dos custos e despesas na receita líquida ocorreram principalmente em função do reembolso GESP.

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T15	1T14	Variação	
			R\$	%
Salários e encargos	534,5	496,7	37,8	7,6
Materiais gerais	48,7	47,1	1,6	3,4
Materiais de tratamento	72,3	69,7	2,6	3,7
Serviços	295,9	314,7	(18,8)	(6,0)
Energia elétrica	159,1	140,0	19,1	13,6
Despesas gerais	54,4	152,7	(98,3)	(64,4)
Despesas fiscais	19,9	19,7	0,2	1,0
Reembolso GESP	(696,3)	-	(696,3)	-
<b>Sub-total</b>	<b>488,5</b>	<b>1.240,6</b>	<b>(752,1)</b>	<b>(60,6)</b>
Depreciação e amortização	253,3	260,2	(6,9)	(2,7)
Baixa de crédito	47,3	14,7	32,6	221,8
<b>Sub-total</b>	<b>300,6</b>	<b>274,9</b>	<b>25,7</b>	<b>9,3</b>
<b>Custos e despesas</b>	<b>789,1</b>	<b>1.515,5</b>	<b>(726,4)</b>	<b>(47,9)</b>
Custos de construção	576,4	520,5	55,9	10,7
<b>Custos, desp. adm, comerciais e de construção</b>	<b>1.365,5</b>	<b>2.036,0</b>	<b>(670,5)</b>	<b>(32,9)</b>
% sobre a receita líquida	55,3	72,9		

#### 5.1. Salários e encargos

No 1T15 ocorreu um acréscimo de R\$ 37,8 milhões ou 7,6%, devido aos seguintes fatores:

- R\$ 19,8 milhões, principalmente pelo reajuste salarial médio de 6,8% desde maio de 2014 e pela movimentação decorrente da avaliação de competências e desempenho;
- R\$ 8,8 milhões na provisão com Planos de Pensão, em função de mudanças nas premissas atuariais;
- R\$ 4,9 milhões nas despesas com horas extras, essencialmente devido aos reajustes salariais ocorridos no período e à maior quantidade de horas praticadas, decorrente da gestão e da intensificação na manutenção de sistemas de água; e
- R\$ 2,1 milhões, devido ao reajuste de 7,1% ocorrido nas despesas com assistência médica, desde julho de 2014.

#### 5.2. Materiais de tratamento

Os gastos do 1T15 foram superiores aos do 1T14 em R\$ 2,6 milhões ou 3,7%, passando de R\$ 69,7 milhões para R\$ 72,3 milhões. Esse acréscimo decorreu, essencialmente, pelo início da utilização de produtos que reduzem a floração de algas nos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), desde abril de 2014, com impacto de R\$ 3,2 milhões.

## Comentário do Desempenho

### 5.3. Serviços

As despesas com serviços, no montante de R\$ 295,9 milhões, sofreram decréscimo de R\$ 18,8 milhões ou 6,0% sobre os R\$ 314,7 milhões apresentados no 1T14. Os principais fatores que contribuíram para esse decréscimo foram:

- Menor estimativa de despesas com serviços, no montante de R\$ 22,2 milhões, principalmente pelo reconhecimento, no 1T14, de despesas com serviços advocatícios, referentes ao acordo para retomada da operação do município de Diadema; e
- Diminuição de R\$ 7,0 milhões nos gastos com campanhas publicitárias.

Em contrapartida, ocorreram os seguintes acréscimos:

- Contratação de serviços, no valor de R\$ 7,4 milhões, essencialmente pelo início da operação no município de Diadema ocorrido em março de 2014, no valor de R\$ 6,4 milhões; e
- Manutenção de ligações domiciliares de esgoto, em diversas áreas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no montante de R\$ 4,7 milhões.

### 5.4. Energia elétrica

As despesas com energia elétrica totalizaram R\$ 159,1 milhões, um acréscimo de R\$ 19,1 milhões ou 13,6% sobre os R\$ 140,0 milhões apresentados no 1T14, em grande parte pelo aumento médio de 11,7% nas tarifas do Ambiente de Contratação Livre e de 31,6% nas tarifas do Ambiente de Contratação Regulada.

Os aumentos tarifários acima foram compensados, parcialmente, pela redução média de 13,3% apresentada no consumo total de energia elétrica no 1T15.

### 5.5. Despesas gerais

Decréscimo de R\$ 98,3 milhões ou 64,4%, totalizando R\$ 54,4 milhões, ante os R\$ 152,7 milhões apresentados no 1T14, principalmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 77,4 milhões no provisionamento de processos judiciais; e
- Menor provisão para repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, no montante de R\$ 22,6 milhões, em função da redução da receita obtida com o município de São Paulo.

### 5.6. Reembolso GESP

No 1T15, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Governo do Estado de São Paulo (GESP) visando o recebimento do valor incontroverso, referente às dívidas do Estado com a Companhia, pelo pagamento de benefícios de que trata a Lei estadual nº 4.819, de 26 de agosto de 1958 a ex-funcionários (G0), que gerou um crédito no resultado no montante de R\$ 696,3 milhões.

## Comentário do Desempenho

### 5.7. Depreciação e amortização

Decréscimo de R\$ 6,9 milhões ou 2,7%, totalizando R\$ 253,3 milhões ante os R\$ 260,2 milhões apresentados no 1T14, em sua maioria referente ao provisionamento de amortização sobre transferência de obras ocorrido no 1T14.

### 5.8. Baixa de créditos

Apresentou um acréscimo de R\$ 32,6 milhões, principalmente pelo complemento da provisão devido ao rompimento de acordos de clientes municipais, ocorrido no 1T15.

## 6. Outras receitas/despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais, líquidas, apresentaram uma variação positiva de R\$ 75,2 milhões.

### 6.1 Outras receitas operacionais

Acréscimo de R\$ 12,8 milhões nas outras receitas operacionais, predominantemente pela venda de excedente de energia elétrica, no montante de R\$ 21,8 milhões, a qual foi parcialmente compensada pela menor receita obtida através do Programa de Uso Racional da Água (PURA), no montante de R\$ 8,8 milhões.

### 6.2 Outras despesas operacionais

Decréscimo de R\$ 62,4 milhões nas outras despesas operacionais, em função de:

- Provisão referente à baixa de obras e projetos, no 1T14, no valor de R\$ 31,4 milhões, não recorrente;
- Redução de provisão com baixa de hidrômetros, resultando em um decréscimo de R\$ 20,2 milhões; e
- Provisão para perdas com verbas contratuais, decorrente da realização do acordo com o município de Diadema, no 1T14, no valor de R\$ 13,0 milhões.

## 7. Resultado financeiro

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T15	1T14	Variação	%
Despesas financeiras, líquidas das receitas	(63,8)	(65,6)	1,8	(2,7)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(922,0)	93,1	(1.015,1)	(1.090,3)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(985,8)</b>	<b>27,5</b>	<b>(1.013,3)</b>	<b>(3.684,7)</b>

### 7.1. Despesas e receitas financeiras

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T15	1T14	Variação	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	(86,7)	(82,2)	(4,5)	5,5
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	(30,4)	(24,4)	(6,0)	24,6
Outras despesas financeiras	(20,2)	(30,5)	10,3	(33,8)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(137,3)</b>	<b>(137,1)</b>	<b>(0,2)</b>	<b>0,1</b>
Receitas financeiras	73,5	71,5	2,0	2,8
<b>Despesas financeiras, líquidas das receitas</b>	<b>(63,8)</b>	<b>(65,6)</b>	<b>1,8</b>	<b>(2,7)</b>

## Comentário do Desempenho

### 7.1.1. Despesas financeiras

Acréscimo de R\$ 0,2 milhão no total das despesas financeiras, em sua maioria pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 4,5 milhões nos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos, principalmente pela maior despesa com juros sobre debêntures, em razão da captação da 19ª emissão, ocorrida em junho de 2014;
- Aumento de R\$ 6,0 milhões nos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos, devido à valorização do dólar e do iene frente ao real no 1T15 (20,8% e 20,3%, respectivamente), quando comparada à desvalorização apresentada no 1T14 (-3,4% e -1,6%, respectivamente); e
- Decréscimo de R\$ 10,3 milhões em outras despesas financeiras, essencialmente pelo menor provisionamento de encargos financeiros sobre processos judiciais.

### 7.1.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 2,0 milhões ou 2,8%, resultante basicamente dos juros sobre acordos de parcelamentos ocorridos no período.

## 7.2. Variações monetárias e cambiais passivas e ativas

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T15	1T14	Variação	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(56,2)	(33,0)	(23,2)	70,3
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(884,5)	117,0	(1.001,5)	(856,0)
Outras variações monetárias	(12,2)	(15,9)	3,7	(23,3)
<b>Variações monetárias/cambiais passivas</b>	<b>(952,9)</b>	<b>68,1</b>	<b>(1.021,0)</b>	<b>(1.499,3)</b>
Variações monetárias/cambiais ativas	30,9	25,0	5,9	23,6
<b>Variações monetárias/ cambiais líquidas</b>	<b>(922,0)</b>	<b>93,1</b>	<b>(1.015,1)</b>	<b>(1.090,3)</b>

### 7.2.1. Variações monetárias/cambiais passivas

O efeito nas variações monetárias/cambiais passivas no 1T15 foi de R\$ 1.021,0 milhões superior aos valores do 1T14, com destaque para:

- Acréscimo de R\$ 23,2 milhões nas despesas com variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos internos, essencialmente pela maior variação do IPCA no 1T15, que foi de 3,8%, quando comparada à variação apresentada no 1T14 (2,2%); e
- Acréscimo de R\$ 1.001,5 milhões nas despesas com variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, devido à valorização do dólar e do iene frente ao real no 1T15 (20,8% e 20,3%, respectivamente), quando comparada à desvalorização apresentada no 1T14 (-3,4% e -1,6%, respectivamente).

### 7.2.2. Variações monetárias/cambiais ativas

Acréscimo de R\$ 5,9 milhões, essencialmente em razão das atualizações monetárias sobre depósitos judiciais.

## Comentário do Desempenho

### 8. Imposto de renda e contribuição social

O 1T15 apresentou um prejuízo fiscal no montante de R\$ 548,0 milhões, decorrente principalmente da diferença permanente trazida pelo acordo GESP. Tal prejuízo fiscal resultou na constituição de IR/CS diferidos, no montante de R\$ 186,3 milhões.

### 9. Indicadores

#### 9.1. Operacionais

Como reflexo da crise hídrica, houve uma forte redução do volume produzido de água, com recuo de 21,2%.

Quanto às perdas de água, observa-se também uma redução acentuada no índice que mede a perda por ligação por dia (IPDT), que atingiu 290 l/lig x dia vs 366 l/lig x dia no mesmo período do ano anterior.

Essa redução é resultado não só das ações de controle de perdas, mas também da crise hídrica e da consequente necessidade de diminuição das pressões na rede, como forma de gestão da demanda.

Indicadores operacionais *	1T15	1T14	%
Ligações de água <sup>(1)</sup>	8.258	7.938	4,0
Ligações de esgoto <sup>(1)</sup>	6.705	6.386	5,0
População atendida com abastecimento de água <sup>(2)</sup>	25,3	24,6	2,8
População atendida com coleta de esgoto <sup>(2)</sup>	22,5	21,6	4,2
Número de empregados	14.167	14.920	(5,0)
Volume produzido de água <sup>(3)</sup>	613	778	(21,2)
IPM - Índice de perdas medido (%)	29,1	30,8	(5,5)
IPDt (litros/ligação x dia)	290	366,0	(20,8)

(1) Ligações totais ativas e inativas em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m<sup>3</sup>

(\*) Não auditado

#### 9.2. Financeiros

INDICADORES ECONOMICOS AO FINAL DO TRIMESTRE (*)	1T15	1T14
IPCA (%)	3,83%	2,18%
TR (%)	0,23%	0,19%
CDI (%)	2,81	2,40
DÓLAR (R\$)	3,208	2,263
IENE (R\$)	0,02675	0,02197

\* Não auditado

## Comentário do Desempenho

### 10. Empréstimos e financiamentos

INSTITUIÇÃO	R\$ milhões							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
<b>País</b>								
Caixa Econômica Federal	50,6	70,3	74,6	78,8	82,1	85,9	712,1	1.154,4
Debêntures	583,7	358,7	882,4	586,6	671,4	373,2	568,5	4.024,5
BNDES	40,5	68,8	73,7	73,7	73,7	56,1	286,7	673,2
Arrendamento Mercantil	8,5	18,9	19,9	21,1	22,3	24,4	376,9	492,0
Outros	0,5	0,6	0,7	0,5	-	-	-	2,3
Juros e Encargos	62,0	18,4	-	-	-	-	-	80,4
<b>Total País</b>	<b>745,8</b>	<b>535,7</b>	<b>1.051,3</b>	<b>760,7</b>	<b>849,5</b>	<b>539,6</b>	<b>1.944,2</b>	<b>6.426,8</b>
<b>Exterior</b>								
BID	105,9	122,4	175,9	95,4	95,4	95,4	1.092,7	1.783,1
BIRD	-	-	-	-	4,9	9,8	132,1	146,8
Euro Bônus	-	448,9	-	-	-	1.118,1	-	1.567,0
JICA	29,3	58,6	59,5	60,5	87,3	87,3	995,4	1.377,9
BID 1983AB	76,8	76,8	76,8	76,5	56,8	56,0	73,1	492,8
Juros e encargos	51,0	1,6	-	-	-	-	-	52,6
<b>Total exterior</b>	<b>263,0</b>	<b>708,3</b>	<b>312,2</b>	<b>232,4</b>	<b>244,4</b>	<b>1.366,6</b>	<b>2.293,3</b>	<b>5.420,2</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.008,8</b>	<b>1.244,0</b>	<b>1.363,5</b>	<b>993,1</b>	<b>1.093,9</b>	<b>1.906,2</b>	<b>4.237,5</b>	<b>11.847,0</b>

### 11. Investimentos

O investimento projetado para o ano de 2015 totaliza aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. No primeiro trimestre de 2015 foram investidos R\$ 579,5 milhões.

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de março de 2015, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 364 municípios. Em 31 de março de 2015 a Companhia possuía 366 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Álvares Florence, Cajobi, Embaúba, Iperó e Macatuba sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 11.328 em 31 de março de 2015 (R\$ 11.328 em 31 de dezembro de 2014).

Encontram-se vencidos, em 31 de março de 2015, 55 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 31 de março de 2015 e 2030 vencerão 37 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de março de 2015, foram assinados 274 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2014 – 274 contratos).

Em 31 de março de 2015, o valor contábil do intangível utilizado nos 55 municípios em negociação totaliza R\$ 6.345.036, que representam 24,12% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 494.313 no período de três meses findo em 31 de março de 2015, que representam 19,06% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 46,75% da receita bruta em 31 de março de 2015 (31 de março de 2014 – 50,29%) e 42,37% do ativo intangível (31 de dezembro de 2014 – 42,29%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

## Notas Explicativas

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de março de 2015 do município de Santos era de R\$ 225.256 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 205.261) e a receita bruta para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 era de R\$ 64.400 (31 de março de 2014 – R\$ 63.407).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002. Em 2007, a SABESP passou a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ou ISE, da BM&FBovespa, o que reflete o alto grau de comprometimento com o desenvolvimento sustentável e as práticas de cunho social.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

Escassez hídrica - As operações da SABESP estão sendo influenciadas pela menor pluviometria e afluência já observada em 84 anos nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira. Durante a estação de chuvas, de outubro de 2014 a janeiro de 2015, o índice pluviométrico continuou bem abaixo da média, apesar de ter ficado acima da média nos meses de fevereiro a março de 2015. A expectativa era a de que os volumes de água armazenado no Sistema Cantareira se recuperassem, mas em virtude dos níveis que já estavam baixos pela falta de chuvas durante o verão em 2013 e 2014, o índice pluviométrico na região, durante a estação de chuvas de outubro de 2014 a março de 2015, não foi suficiente para recuperar os reservatórios que encontram-se em nível abaixo do observado na série histórica. Em condições normais, esse sistema é responsável pelo abastecimento direto de aproximadamente 8,8 milhões de pessoas. Para enfrentar esta situação e manter o abastecimento ininterrupto, a SABESP vem adotando as seguintes medidas:

## Notas Explicativas

- Uso de bombas para extrair a água localizada abaixo do nível de captação do sistema Cantareira, a chamada “reserva técnica”, a qual nunca havia sido utilizada antes para abastecer a população;
- Oferta de descontos (bônus) aos consumidores, cujo volume consumido esteja abaixo da média estipulada;
- Utilização de água de outros sistemas produtores para atender consumidores anteriormente abastecidos pelo sistema Cantareira;
- Ampliando a veiculação de campanhas publicitárias para uso racional da água;
- Redução da pressão na rede de distribuição, para combater as perdas de água;
- Redução do volume de água vendido aos municípios que operam suas próprias redes de distribuição;
- Antecipando investimentos para ampliar segurança hídrica.

O volume de reservação de água nos reservatórios depende de diversos fatores, tais como, níveis de chuva, temperatura e umidade atmosférica, bem como tipo e umidade dos solos nas regiões dos mananciais.

Esse cenário de escassez hídrica em 2014 e sua extensão para 2015 trouxe, também, impactos financeiros a Companhia. Diante deste fato, desde 2014 até este momento, foram tomadas decisões para minimizar esses efeitos, tais como, remanejamento dos investimentos, redução orçamentária das despesas, negociações de créditos vencidos (principalmente com o Governo do Estado de São Paulo e com os municípios atendidos no atacado), implementação da tarifa de contingência, solicitação de revisão tarifária extraordinária (vide nota explicativa 30) e outras ações.

A expectativa da Administração da Companhia é que os recursos disponíveis em caixa em 31 de março de 2015, no montante de R\$ 1.737.971, a geração de caixa operacional prevista para 2015 e as linhas de créditos disponíveis para investimentos são suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo e não comprometer as ações necessárias para superação da escassez hídrica preservando o abastecimento a nossos consumidores.

Ver outras divulgações dos efeitos da escassez hídrica nas receitas conforme nota explicativa 24 - receitas.

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2015.

## Notas Explicativas

### 2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

#### (i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 31 de março de 2015, foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 31 de março de 2015, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

### 3 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2015 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na nota explicativa 3.

### 4 Gestão de risco

#### 4.1 Gestão de Risco Financeiro

##### Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

#### (a) Risco de mercado

##### Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, pois a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

## Notas Explicativas

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 5.438.591 em 31 de março de 2015 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 4.363.898). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.248.706	4.005.849	1.231.188	3.270.282
Empréstimos e financiamentos – Iene	51.592.184	1.380.091	48.066.910	1.068.527
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		50.169		17.703
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		2.482		7.386
Total da exposição		5.438.591		4.363.898
Custo de captação		(18.384)		(17.606)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 15)		5.420.207		4.346.292

O aumento de 25% saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2014 para 31 de março de 2015 foi causado principalmente pelos seguintes motivos:

- 1) Efeito cambial, pois a taxa do dólar aumentou 20,8% de R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,2080 em 31 de março de 2015. As dívidas em dólar correspondem a 74% das dívidas em moedas estrangeiras; e
- 2) Aumento de 1% na dívida denominada em dólar e de 7% na dívida denominada em iene.

Em 31 de março de 2015, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o período de três meses findos em 31 de março de 2015 teria sido de R\$ 543.859 (exercício findo em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 436.390), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

## Notas Explicativas

	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (+25%)</b>	<b>Cenário III (+50%)</b>
	(*)		
<b>Exposição cambial líquida em 31 de março de 2015 (Passiva) em US\$</b>	1.248.706	1.248.706	1.248.706
Taxa do US\$ em 31 de março de 2015	3,2080	3,2080	3,2080
Taxa cambial estimada conforme cenário	<u>3,2300</u>	<u>4,0375</u>	<u>4,8450</u>
Diferença entre as taxas	(0,0220)	(0,8295)	(1,6370)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(27.472)	(1.035.802)	(2.044.132)
<b>Exposição cambial líquida em 31 de março (Passiva) em iene</b>	51.592.184	51.592.184	51.592.184
Taxa do iene em 31 de março de 2015	0,02675	0,02675	0,02675
Taxa cambial estimada conforme cenário	<u>0,02814</u>	<u>0,03518</u>	<u>0,04221</u>
Diferença entre as taxas	(0,00139)	(0,00843)	(0,01546)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (ganho/(perda))	<u>(71.713)</u>	<u>(434.922)</u>	<u>(797.615)</u>
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(99.185)	(1.470.724)	(2.841.747)

(\*) Para o cenário provável em moeda estrangeira (dólar e iene) foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2015, conforme BM&FBovespa.

### Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

## Notas Explicativas

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
TR <sup>(i)</sup>	1.622.606	1.578.250
CDI <sup>(ii)</sup>	1.617.191	1.712.010
TJLP <sup>(iii)</sup>	1.090.376	1.059.074
IPCA <sup>(iv)</sup>	1.533.473	1.492.320
LIBOR <sup>(v)</sup>	2.416.108	1.953.989
Juros e encargos	90.148	133.776
Total	<u>8.369.902</u>	<u>7.929.419</u>

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Em 31 de março de 2015, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período de três meses findos em 31 de março de 2015 antes dos impostos teria sido de R\$ 83.699 (exercício findo em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 79.294) a mais ou a menos.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

### **(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Ver informações adicionais nas notas explicativas 6, 7, 8 e 9.

## Notas Explicativas

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.734.696	1.722.347
Outros (*)	3.275	644
	<u>1.737.971</u>	<u>1.722.991</u>

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

<u>Contraparte</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

### (c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

## Notas Explicativas

	<b>Abril a dezembro de 2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 em diante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de março de 2015</b>							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.408.147	1.826.063	1.874.314	1.429.224	1.481.253	7.865.997	15.884.998
Empreiteiros e fornecedores	238.468	-	-	-	-	-	238.468
Serviços a pagar	402.830	-	-	-	-	-	402.830
Parceria Público-Privada – PPP (*)	34.528	46.038	46.038	285.104	285.104	4.658.234	5.355.046
Compromissos Contrato de Programa	169.541	3.309	928	607	818	16.865	192.068

(\*) A Companhia considerou também compromissos futuros (obras não realizadas) ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes à PPP São Lourenço devido a relevância dos fluxos de caixa futuros, dos impactos em suas operações e pela consideração de que a Companhia já possui esse compromisso formalizado através de contrato assinado entre as partes.

### Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

### Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas poderá implicar no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

### (d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

## Notas Explicativas

<b>31 de março de 2015</b>				
<b>Indicadores</b>	<b>Exposição</b>	<b>Cenário I (Provável) (i)</b>	<b>Cenário II 25%</b>	<b>Cenário III 50%</b>
<b>Ativo</b>				
CDI	1.641.541	11,9200%(*)	8,9400%(**)	5,9600%
Receita financeira		195.672	146.754	97.836
<b>Passivo</b>				
CDI	(1.617.191)	11,9200%(*)	8,9400%(**)	5,9600%
Juros a incorrer		(192.769)	(144.577)	(96.385)
Exposição líquida - CDI	24.350	2.903	2.177	1.451
<b>Passivo</b>				
TR	(1.622.606)	0,0218%(*)	0,0273%	0,0327%
Despesa a incorrer		(354)	(442)	(531)
IPCA	(1.533.473)	5,6000%(*)	7,0000%	8,4000%
Despesa a incorrer		(85.874)	(107.343)	(128.812)
TJLP	(1.090.376)	5,5000%(*)	6,8750%	8,2500%
Juros a incorrer		(59.971)	(74.963)	(89.956)
LIBOR	(2.416.108)	0,4459%**)	0,5574%	0,6689%
Juros a incorrer		(10.773)	(13.467)	(16.159)
Despesas totais líquidas a incorrer		<u>(154.069)</u>	<u>(194.038)</u>	<u>(234.007)</u>

(\*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 31/03/2015

(\*\*) Fonte do índice: Bloomberg

(\*\*\*) Cenário com redução de 25% e 50%, pois a exposição líquida da Companhia em CDI é positiva

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2015 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

## Notas Explicativas

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	11.847.027	10.785.767
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.737.971)	(1.722.991)
Divida líquida	10.109.056	9.062.776
Total do Patrimônio Líquido	<u>13.622.581</u>	<u>13.304.403</u>
Capital total	<u>23.731.637</u>	<u>22.367.179</u>
Índice de alavancagem	<u>43%</u>	<u>41%</u>

Em 31 de março de 2015 o índice de alavancagem aumentou para 43% em comparação aos 41% de 31 de dezembro de 2014, devido ao acréscimo de R\$ 1.061.260 no saldo de empréstimos e financiamentos principalmente em decorrência da entrada de recursos financeiros realizados em 2015, dos contratos de financiamentos em andamento, e o efeito da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

### 4.4 Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e também não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA e, os instrumentos financeiros na categoria de outros passivos compreendem saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

## Notas Explicativas

### Ativos Financeiros

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.737.971	1.737.971	1.722.991	1.722.991
Caixa restrito	21.881	21.881	19.750	19.750
Contas a receber de clientes	1.227.174	1.227.174	1.224.278	1.224.278
Agência Nacional de Águas – ANA	125.103	125.103	122.634	122.634
Demais contas a receber	204.909	204.909	187.950	187.950

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de março de 2015 é de R\$ 904.425 (R\$ 223.983 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 9 destas informações financeiras trimestrais e na nota explicativa 10 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014. Parte deste saldo, no montante de R\$ 837.441 (R\$ 155.493 em 31 de dezembro de 2014), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0 e é indexado através de IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproxima àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b) com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

### Passivos Financeiros

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	11.847.027	11.515.141	10.785.767	10.641.611
Empreiteiros e fornecedores	238.468	238.468	323.513	323.513
Serviços a pagar	402.830	402.830	318.973	318.973
Compromisso Contratos de Programa	180.399	180.399	207.759	207.759
Parceria Público-Privada - PPP	391.188	391.188	368.283	368.283

Os critérios adotados para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, na preparação das informações trimestrais de 31 de março de 2015 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, esses critérios estão divulgados na nota explicativa 5.4.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

## Notas Explicativas

### 5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Estão divulgadas na nota explicativa 6, das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Caixa e bancos	96.430	118.226
Equivalentes de caixa	<u>1.641.541</u>	<u>1.604.765</u>
	<u>1.737.971</u>	<u>1.722.991</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em março de 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99,43% do CDI (dezembro de 2014 – 99,68%).

### 7 Caixa restrito

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	9.388	9.176
Recursos captados junto ao BNDES (ii)	6.582	6.433
Outros	<u>5.911</u>	<u>4.141</u>
	<u>21.881</u>	<u>19.750</u>

- (i) Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal;
- (ii) Refere-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aguardando liberação das restrições de uso.

**Notas Explicativas****8 Contas a receber de clientes****(a) Saldos patrimoniais**

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	885.260	852.815
Acordos (iii)	<u>288.681</u>	<u>291.367</u>
	<u>1.173.941</u>	<u>1.144.182</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	535.139	533.984
Federais	5.577	4.671
Acordos (iii)	<u>198.268</u>	<u>192.253</u>
	<u>738.984</u>	<u>730.908</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	804.499	776.674
Mauá	378.607	366.515
Mogi das Cruzes	2.277	2.092
Santo André	804.220	787.305
São Caetano do Sul	1.610	1.779
Diadema (*)	<u>224.433</u>	<u>224.433</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais	<u>2.215.646</u>	<u>2.158.798</u>
Fornecimento a faturar	<u>369.983</u>	<u>354.678</u>
Subtotal	4.498.554	4.388.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.271.380)</u>	<u>(3.164.288)</u>
Total	<u>1.227.174</u>	<u>1.224.278</u>
Circulante	1.056.002	1.034.820
Não circulante	<u>171.172</u>	<u>189.458</u>
	<u>1.227.174</u>	<u>1.224.278</u>

## Notas Explicativas

(\*) Em 18 de março de 2014, o Estado de São Paulo, o município de Diadema e a SABESP celebraram Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Município de Diadema. Por meio deste contrato, o Estado de São Paulo e o município de Diadema asseguraram à SABESP (ou subsidiária) o direito de explorar a prestação dos serviços, com exclusividade, pelo prazo de 30 anos.

Nesta mesma data, foram assinados acordos judiciais nas ações promovidas pela SABESP contra o Município de Diadema e a Saned - empresa municipal. Por meio desses acordos, SABESP, Município de Diadema e Saned concordaram em suspender a execução das ações de cobrança pelo fornecimento de água no atacado inadimplidas e de cobrança da dívida de indenização. As dívidas serão progressivamente reduzidas ao longo dos 30 anos, sob a condição de que haja integral cumprimento dos acordos e do contrato de prestação dos serviços.

Esse saldo está totalmente provisionado como perdas.

Adicionalmente, em cumprimento aos acordos judiciais firmados entre SABESP e o Município de Diadema, em 25 de março de 2015, a SABESP e a Saned celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações da Empresa de Água e Esgoto de Diadema S.A. ("EAED") - subsidiária integral da Saned. O Contrato estabelece que:

A Saned deve aportar na EAED determinados ativos, bens, direitos e obrigações, por meio de aumento de capital, e transferir a ela os funcionários concursados integrantes do seu quadro.

Cumpridas essas obrigações, ocorrerá o fechamento da operação conforme estabelecido no Contrato. Nessa data haverá a efetiva transferência à SABESP da totalidade das ações emitidas pela EAED, equivalente a 100% de seu capital social.

A SABESP pagará por meio da compensação de créditos da dívida da Saned para com a SABESP.

Até a data de emissão destas informações trimestrais ainda não ocorreu o fechamento da operação, pois certas condições ainda não foram cumpridas, conseqüentemente, a SABESP ainda não comprou as ações da EAED.

No período de janeiro a março de 2015, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Notas Explicativas**

A movimentação do contas a receber por atacado é a seguinte:

	<b>Período de três meses findo em 31 de março de 2015</b>	<b>Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014</b>
Saldo no início do período	2.158.798	1.917.859
Faturamento por serviços prestados	81.066	375.294
Recebimentos	(24.218)	(134.355)
Saldo no final do período	<u>2.215.646</u>	<u>2.158.798</u>

**(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento**

	<b>31 de março de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Valores a vencer	968.952	992.800
Vencidos:		
Até 30 dias	151.264	136.666
Entre 31 e 60 dias	120.469	93.534
Entre 61 e 90 dias	60.740	62.276
Entre 91 e 120 dias	30.757	54.725
Entre 121 e 180 dias	135.681	96.079
Entre 181 e 360 dias	193.395	202.024
Acima de 360 dias	<u>2.837.296</u>	<u>2.750.462</u>
Total vencidos	<u>3.529.602</u>	<u>3.395.766</u>
Total	<u>4.498.554</u>	<u>4.388.566</u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, onde os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**Notas Explicativas****(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de março de 2014</u>
Saldo no início do período	3.164.288	2.856.684
De particular/entidades públicas	57.963	17.065
Recuperações	(14.229)	(11.760)
De fornecimento por atacado	<u>62.714</u>	<u>97.371</u>
Adições no período	106.448	102.676
Baixa no período referente a contas a receber incobráveis	<u>644</u>	<u>(142)</u>
Saldo no final do período	<u>3.271.380</u>	<u>2.959.218</u>
<b>Reconciliação provisão para perdas no resultado</b>	<b><u>Janeiro a março de 2015</u></b>	<b><u>Janeiro a março de 2014</u></b>
Perdas (baixa)	3.660	9.388
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	2.399	-
Provisão particular/entidades públicas	57.963	17.065
Provisão fornecimento por atacado	(2.450)	-
Recuperações	<u>(14.229)</u>	<u>(11.760)</u>
Valor contabilizado como despesas com vendas	47.343	14.693

Foram contabilizados também como redução de receitas as perdas com vendas no atacado, o montante de R\$ 65.164 no primeiro trimestre de 2015 e R\$ 96.264 no primeiro trimestre de 2014.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

## Notas Explicativas

### 9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

#### (a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto	96.041	96.162
Provisão para perdas	(47.732)	(45.333)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal	6.348	9.753
- Acordo GESP – 2008	43.722	43.722
- Acordo GESP – 2015 (b)	87.174	-
Programa Se Liga na Rede (m)	18.675	17.661
Total do circulante	<u>204.228</u>	<u>121.965</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2008	91.088	102.018
- Acordo GESP – 2015 (b)	609.109	-
Total do não circulante	<u>700.197</u>	<u>102.018</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>904.425</u>	<u>223.983</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	48.309	50.829
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	837.441	155.493
Programa Se Liga na Rede (m)	18.675	17.661
Total	904.425	223.983

## Notas Explicativas

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	107.784	107.784
Outros (h)	1.288	1.569
	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	42.229	59.929
Serviços de esgoto	38.566	53.066
Recebimentos de partes relacionadas	(77.786)	(105.217)
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	33.201	34.598

### (b) Acordo com o Governo do Estado de São Paulo “GESP”

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas serão quitadas mediante a transferência imediata de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, e
- O saldo de R\$ 609.109 será atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e pago em espécie, por meio das demais 156 parcelas mensais, iniciando-se em 5 de abril de 2017. A partir do início de pagamento, as parcelas serão atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e

Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Os impactos contábeis do acordo geraram um débito de R\$ 696.283 no saldo de contas a receber com partes relacionadas (circulante e não circulante) e um crédito de mesmo nas despesas administrativas.

## Notas Explicativas

### (c) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

A SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme abaixo:

	<b>31 de março de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
Valores controversos a receber	798.441	783.422
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (Nota 9 (b))	-	696.283
<b>Total</b>	<b>798.441</b>	<b>1.479.705</b>

### (d) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Atualmente está em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

Em 10 de abril de 2014, emitimos Comunicado ao Mercado com a informação sobre um eventual acordo futuro. No entanto, nenhum ajuste foi confirmado e nenhum acordo foi executado por qualquer das partes até este momento.

### (e) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

## Notas Explicativas

### **(f) Aval**

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

### **(g) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP**

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. No período de janeiro a março de 2015 e no mesmo período de 2014, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 2.962 e R\$ 2.494, respectivamente.

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP no período de janeiro a março de 2015 e no mesmo período de 2014 somaram R\$ 52 e R\$ 96, respectivamente.

### **(h) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP**

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.288 e R\$ 1.569 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

### **(i) Ativos não operacionais**

A Companhia possuía, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

### **(j) Sabesprev**

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de março de 2015 é de R\$ 689.977 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 676.071), conforme nota explicativa 19 (b).

### **(k) Remuneração da Administração**

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores foi de R\$ 903 e R\$ 853 para os períodos de janeiro a março de 2015 e ao mesmo período de 2014, respectivamente. Uma quantia adicional de R\$ 141 e R\$ 140, referente ao programa de bônus dos diretores, foi registrado no período de janeiro a março de 2015 e no mesmo período de 2014, respectivamente.

### **(l) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito**

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

## Notas Explicativas

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Aquapolo Ambiental S/A e Attend Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados com Aquapolo Ambiental S/A, em 30 de março de 2012 e Attend Ambiental S/A, em 9 de maio de 2014, possuem as seguintes características:

<b>SPE</b>	<b>Saldo principal desembolsado</b>	<b>Saldo de juros</b>	<b>Total</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Vencimento</b>
Attend Ambiental	5.400	760	6.160	SELIC + 3,5 % a.a.	(*)
Aquapolo Ambiental	5.629	3.075	8.704	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	8.836	27.836	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
<b>Total</b>	<b>30.029</b>	<b>12.671</b>	<b>42.700</b>		

(\*) O contrato de mútuo com a SPE Attend Ambiental S/A, possui prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir da data da disponibilização do respectivo valor na conta da mutuária, renováveis por igual período.

O valor desembolsado está contabilizado no ativo da Companhia na rubrica "Demais contas a receber", sendo R\$ 24.400 de principal e R\$ 9.596 de juros classificados no ativo circulante e R\$ 5.629 de principal e R\$ 3.075 de juros no ativo não circulante. Em 31 de março de 2015 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 42.700 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 40.366). No período de janeiro a março de 2015, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 2.334 (janeiro a março de 2014 – R\$ 1.381).

### (m) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Em 31 de março de 2015 o valor total com o programa foi de R\$ 71.027 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 67.576), sendo R\$ 18.675 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 17.661) registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 27.299 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 24.862) registrado no grupo de intangível e R\$ 25.053 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 25.053) reembolsado pelo GESP.

## 10 Agência Nacional de Águas - ANA

Referem-se a contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

## Notas Explicativas

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de março de 2015 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 125.103 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 122.634), sendo que o passivo está registrado na rubrica "Outras obrigações" do passivo não circulante.

### 11 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" – CPC 19(R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

#### Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de março de 2015, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

#### Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S/A, com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de março de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 3.097, divididos em 3.096.866 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

## Notas Explicativas

### Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de março de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 770, divididos em 770.000 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

### Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S/A, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de março de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

### Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de março de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 13.400, divididos em 13.400.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

### Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de março de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

## Notas Explicativas

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Empresa	Patrimônio líquido		Dividendos provisionados	Resultado do período	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Sesamm	28.499	26.788	(92)	1.803	1.113
Águas de Andradina	4.723	4.582	(228)	369	157
Águas de Castilho	2.849	2.866	(190)	173	214
Saneaqua Mairinque	2.830	2.697	(282)	415	(20)
Attend Ambiental	1.462	(111)	-	1.573	(1.036)
Aquapolo Ambiental	15.238	16.220	-	(982)	(833)
Total	55.601	53.042	(792)	3.351	(405)

Empresa	Investimentos		Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de março de 2015	31 de março de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Sesamm	10.260	9.644	(33)	649	401	36%	36%
Águas de Andradina	1.417	1.375	(69)	111	47	30%	30%
Águas de Castilho	855	860	(57)	52	64	30%	30%
Saneaqua Mairinque	849	809	(85)	125	(6)	30%	30%
Attend Ambiental	658	-	-	658	(466)	45%	45%
Aquapolo Ambiental	7.467	7.948	-	(481)	(408)	49%	49%
Total	21.506	20.636	(244)	1.114	(368)		
Outros investimentos	587	587					
Total geral	22.093	21.223					

## 12 Propriedades para Investimento

Em 31 de março de 2015 o saldo das “Propriedades para investimento” é de R\$ 54.039 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 54.039). Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 350.000.

## Notas Explicativas

### 13 Intangível

#### (a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	9.089.391	(1.658.935)	7.430.456	8.983.492	(1.614.221)	7.369.271
Contratos de concessão – valor econômico	1.699.744	(412.477)	1.287.267	1.679.042	(397.782)	1.281.260
Contratos de programa	7.474.798	(2.002.386)	5.472.412	7.338.985	(1.959.832)	5.379.153
Contratos de programa – compromissos	808.662	(112.488)	696.174	808.662	(105.753)	702.909
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	13.195.693	(2.048.830)	11.146.863	12.916.939	(1.930.553)	10.986.386
Licença de uso de software	351.882	(75.865)	276.017	326.045	(65.498)	260.547
<b>Total</b>	<b>32.620.170</b>	<b>(6.310.981)</b>	<b>26.309.189</b>	<b>32.053.165</b>	<b>(6.073.639)</b>	<b>25.979.526</b>

#### (b) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Adições	Provisão para perdas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de março de 2015
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão – valor patrimonial	7.369.271	106.854	-	231	(78)	(45.822)	7.430.456
Contratos de concessão – valor econômico	1.281.260	20.758	-	19	(11)	(14.759)	1.287.267
Contratos de programa	5.379.153	135.716	-	711	(69)	(43.099)	5.472.412
Contratos de programa – compromissos	702.909	-	-	-	-	(6.735)	696.174
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	10.986.386	281.980	8.615	(5.563)	(85)	(124.470)	11.146.863
Licença de uso de software	260.547	25.836	-	-	-	(10.366)	276.017
<b>Total</b>	<b>25.979.526</b>	<b>571.144</b>	<b>8.615</b>	<b>(4.602)</b>	<b>(243)</b>	<b>(245.251)</b>	<b>26.309.189</b>

## Notas Explicativas

### (c) Serviços de construção

	Janeiro a março de 2015		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	304.504	283.962	588.466
Custo de construção	298.596	277.780	576.376
Margem	5.908	6.182	12.090

	Janeiro a março de 2014		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	218.101	313.126	531.227
Custo de construção	214.138	306.334	520.472
Margem	3.963	6.792	10.755

### (d) Informações gerais

Durante o período findo em 31 de março de 2015 não houve alterações significativas nos critérios de contabilização do intangível e modalidades de contratos. Ver informações adicionais na nota explicativa 14 (d) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Companhia possui obrigações registradas na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante no montante de R\$ 161.778 e R\$ 189.551 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, e não circulante no montante de R\$ 18.621 e R\$ 18.208 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

### (e) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

No período de janeiro a março de 2015, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 72.472 (no período de janeiro a março de 2014 – R\$ 38.148), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

### (f) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 31 de março de 2015 e de 2014 a margem apurada foi de 2,3%.

## Notas Explicativas

O valor da margem de construção para o período findo em 31 de março de 2015 e 2014 foi de R\$ 12.090 e R\$ 10.755, respectivamente.

### **(g) Desapropriações**

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados nos ativos intangíveis de concessão. No período de janeiro a março de 2015 o total referente às desapropriações foi de R\$ 6.762 (janeiro a março de 2014 - R\$ 3.968).

### **(h) Parceria Público-Privada - PPP**

#### Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 401.654 e R\$ 404.447, respectivamente.

Com relação às obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos no passivo circulante eram de R\$ 38.508 e R\$ 38.047, e no passivo não circulante eram de R\$ 301.920 e R\$ 307.991, respectivamente. No primeiro trimestre de 2015 foi utilizada a taxa de desconto de 8,06% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

#### Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço, tendo como valor estimado o montante de R\$ 6,0 bilhões, sendo que o início das obras ocorreu em abril de 2014.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 51.928 e R\$ 22.756, respectivamente, sendo que a obrigação assumida no montante de R\$ 50.760 e R\$ 22.245, respectivamente, foi registrado no passivo não circulante.

## Notas Explicativas

### (i) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5.707 milhões de obras em andamento em 31 de março de 2015 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 5.180 milhões), sendo que no período findo em 31 de março de 2015 as maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, São José dos Campos e Praia Grande, nos montantes de R\$ 2.456 milhões, R\$ 258 milhões e R\$ 257 milhões, respectivamente.

### (j) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,8% e 3,9% em 31 de março de 2015 e de 2014, respectivamente.

### (k) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), que inclui a implementação do módulo administrativo/financeiro e do módulo comercial. O projeto está em andamento.

## 14 Imobilizado

### (a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	100.533	-	100.533	100.533	-	100.533
Edificações	77.707	(32.190)	45.517	74.235	(31.720)	42.515
Equipamentos	301.006	(152.718)	148.288	299.921	(152.999)	146.922
Equipamentos de transporte	12.978	(6.227)	6.751	14.051	(6.438)	7.613
Móveis e utensílios	18.151	(9.632)	8.519	16.556	(9.432)	7.124
Outros	616	(503)	113	688	(550)	138
<b>Total</b>	<b>510.991</b>	<b>(201.270)</b>	<b>309.721</b>	<b>505.984</b>	<b>(201.139)</b>	<b>304.845</b>

## Notas Explicativas

### (b) Movimentação

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas e alienações</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31 de março de 2015</b>
Terrenos	100.533	-	-	-	-	100.533
Edificações	42.515	-	3.341	-	(339)	45.517
Equipamentos	146.922	8.202	458	(62)	(7.232)	148.288
Equipamentos de transporte	7.613	136	(747)	-	(251)	6.751
Móveis e utensílios	7.124	64	1.573	(9)	(233)	8.519
Outros	138	-	(23)	-	(2)	113
<b>Total</b>	<b>304.845</b>	<b>8.402</b>	<b>4.602</b>	<b>(71)</b>	<b>(8.057)</b>	<b>309.721</b>

### (c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação em 31 de março de 2015 e de 2014 foi de 11,3% e 10,9%, respectivamente.

## Notas Explicativas

## 15 Empréstimos e Financiamentos

## Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Instituição financeira</b>						
<b>Em moeda nacional</b>						
Debêntures 10ª Emissão	38.539	183.920	222.459	38.027	187.352	225.379
Debêntures 12ª Emissão	45.450	419.793	465.243	45.450	431.174	476.624
Debêntures 14ª Emissão	37.426	223.148	260.574	37.038	239.192	276.230
Debêntures 15ª Emissão	94.819	687.642	782.461	94.819	761.497	856.316
Debêntures 16ª Emissão	499.047	-	499.047	498.731	-	498.731
Debêntures 17ª Emissão	140.144	951.248	1.091.392	-	1.067.760	1.067.760
Debêntures 18ª Emissão	-	205.408	205.408	-	202.145	202.145
Debêntures 19ª Emissão	-	497.986	497.986	-	497.793	497.793
Caixa Econômica Federal	67.867	1.086.504	1.154.371	67.085	1.031.438	1.098.523
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	61.160	77.469	16.309	65.237	81.546
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.287	74.409	84.696	10.287	76.975	87.262
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.249	34.261	38.510	4.068	35.318	39.386
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	2.300	25.300	27.600	1.725	25.875	27.600
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	20.783	186.737	207.520	20.183	186.374	206.557
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	-	237.425	237.425	-	187.420	187.420
Arrendamento Mercantil	9.600	482.308	491.908	8.997	473.593	482.590
Outros	660	1.736	2.396	716	1.886	2.602
Juros e Demais Encargos	80.355	-	80.355	125.011	-	125.011
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.067.835</b>	<b>5.358.985</b>	<b>6.426.820</b>	<b>968.446</b>	<b>5.471.029</b>	<b>6.439.475</b>

## Notas Explicativas

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo devedor de empréstimos e financiamentos</b>						
<b>Instituição financeira</b>						
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$ 75.293 mil (dez/14 – US\$75.293 mil)	80.513	161.026	241.539	66.664	133.329	199.993
Inter-American Development Bank - BID 896 – US\$ 5.555 mil (dez/14 – US\$5.555 mil)	8.910	8.911	17.821	7.377	7.378	14.755
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 107.920 mil (dez/14 – US\$113.059 mil)	32.972	313.235	346.207	27.301	273.007	300.308
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$ 369.847 mil (dez/14 – US\$347.190 mil)	-	1.177.615	1.177.615	-	914.189	914.189
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$ 45.860 mil (dez/14 – US\$45.860 mil)	-	146.758	146.758	-	121.447	121.447
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil (dez/14 – US\$140.000 mil)	-	448.935	448.935	-	371.655	371.655
Euro Bônus – US\$350.000 mil (dez/14 – US\$350.000 mil)	-	1.118.076	1.118.076	-	924.741	924.741
JICA 15 – Iene 16.710.235 mil (dez/14 – Iene 17.286.450 mil)	30.828	416.171	446.999	25.619	358.659	384.278
JICA 18 – Iene 15.024.320 mil (dez/14 – Iene 15.542.400 mil)	27.717	373.883	401.600	23.034	322.166	345.200
JICA 17 – Iene 1.342.753 mil (dez/14 – Iene 1.029.992 mil)	-	35.464	35.464	-	22.437	22.437
JICA 19 – Iene 18.514.876 mil (dez/14 – Iene 14.208.068 mil)	-	493.679	493.679	-	314.526	314.526
BID 1983AB – US\$ 154.231mil (dez/14 – US\$154.231 mil)	76.807	416.056	492.863	63.596	344.078	407.674
Juros e Demais Encargos	52.651	-	52.651	25.089	-	25.089
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>310.398</b>	<b>5.109.809</b>	<b>5.420.207</b>	<b>238.680</b>	<b>4.107.612</b>	<b>4.346.292</b>
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.378.233</b>	<b>10.468.794</b>	<b>11.847.027</b>	<b>1.207.126</b>	<b>9.578.641</b>	<b>10.785.767</b>

Cotação de 31 de março de 2015 US\$ 3,2080; Iene 0,026750 (em 31 de dezembro de 2014 US\$ 2,6562; Iene 0,022230).

Em 31 de março de 2015 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

## Notas Explicativas

<b>Em moeda nacional</b>	<b>Garantias</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Taxa anual de juros</b>	<b>Atualização monetária</b>
Debêntures 10ª Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	Recursos próprios	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI +0,75 (1ª série) e 4,5% (2ª série) e +4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 19ª Emissão	Recursos próprios	2017	CDI + 0,80% à 1,08%	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2015/2037	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	Recursos próprios	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETE III	Recursos próprios	2028	1,66% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	Recursos próprios	2015/2018	TJLP + 2% (Fehidro) e 12% (Presidente Prudente)	TR

## Notas Explicativas

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 713 - US\$ 75.293 mil	Governo Federal	2017	3,27%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$ 5.555 mil	Governo Federal	2016	3,00%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 107.920 mil	Governo Federal	2025	2,34%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$ 369.847 mil	Governo Federal	2035	1,15%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$ 45.860 mil	Governo Federal	2034	0,53%	US\$
Euro Bónus - US\$140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bónus - US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 - Iene 16.710.235 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18 - Iene 15.024.320 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17 - Iene 1.342.753 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19 - Iene 18.514.876 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB - US\$ 154.231mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

## Notas Explicativas

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de março de 2015

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 até 2037	Total
<b>Em moeda nacional</b>								
Debêntures	583.721	358.731	882.386	586.620	671.375	373.214	568.523	4.024.570
Caixa Econômica Federal	50.619	70.342	74.573	78.737	82.115	85.895	712.090	1.154.371
BNDES	40.446	68.781	73.732	73.732	73.733	56.117	286.679	673.220
Arrendamento Mercantil	8.469	18.858	19.911	21.055	22.298	24.362	376.955	491.908
Outros	507	639	720	530	-	-	-	2.396
Juros e demais encargos	62.013	18.342	-	-	-	-	-	80.355
Total em moeda nacional	745.775	535.693	1.051.322	760.674	849.521	539.588	1.944.247	6.426.820
<b>Em moeda estrangeira</b>								
BID	105.909	122.396	175.931	95.418	95.418	95.418	1.092.692	1.783.182
BIRD	-	-	-	-	4.904	9.808	132.046	146.758
Euro Bônus	-	448.935	-	-	-	1.118.076	-	1.567.011
JICA	29.273	58.545	59.516	60.486	87.258	87.258	995.406	1.377.742
BID 1983AB	76.807	76.807	76.807	76.535	56.757	56.029	73.121	492.863
Juros e demais encargos	51.031	1.620	-	-	-	-	-	52.651
Total em moeda estrangeira	263.020	708.303	312.254	232.439	244.337	1.366.589	2.293.265	5.420.207
<b>Total</b>	<b>1.008.795</b>	<b>1.243.996</b>	<b>1.363.576</b>	<b>993.113</b>	<b>1.093.858</b>	<b>1.906.177</b>	<b>4.237.512</b>	<b>11.847.027</b>

## Notas Explicativas

### (i) Principais eventos no trimestre

#### (a) BNDES

No trimestre ocorreram captações no montante de R\$ 56.000, referente aos contratos 12.2.138.1 (BNDES Tiete III) e 09.2.1535.1 (BNDES Onda Limpa).

#### (b) BID

No trimestre ocorreram captações no montante de R\$ 62.419, referente ao contrato 2202 (BID 2202).

#### (c) JICA

No trimestre ocorreram captações no montante de R\$ 123.808, referente aos contratos BZ-P17 (JICA 17) e BZ-P19 (JICA 19).

#### (d) Variação cambial

No trimestre houve uma variação na taxa do dólar de 20,8%, passando de R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,2080 em 31 de março de 2015, gerando um acréscimo na dívida no montante de R\$ 686.590. A variação na taxa do iene foi de 20,3%, passando de R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 0,02675 em 31 de março de 2015, gerando um acréscimo na dívida no montante de R\$ 213.910.

#### (e) Arrendamento mercantil

Em 15 de janeiro de 2015, iniciou a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário São José dos Campos e o valor correspondente em 31 de março de 2015 é de R\$ 97.981.

### (ii) Covenants

Em 31 de março de 2015, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos, exceto quanto ao índice aplicável aos contratos junto ao BNDES, Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado, que deve ser igual ou inferior a 3,00, e seu descumprimento ficará caracterizado quando não for atingido por no mínimo 2 trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os índices apresentados foram de 3,09 e 3,17, respectivamente.

Com o descumprimento deste índice, a SABESP deverá fornecer garantia através da manutenção de recursos no montante de aproximadamente R\$ 250.000 em uma conta bancária vinculada, o que deverá ser efetivado pela Companhia em até 30 dias da publicação das informações trimestrais de 31 de março de 2015.

## Notas Explicativas

### (a) AB Loan (IADB 1983AB)

O saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 1.910 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 1.994), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e
- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor que 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

### (iii) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

<b>Agente</b>	<b>31 de março de 2015</b>
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	2.278
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	1.872
Inter-American Development Bank – BID	738
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	533
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	174
Outros	78
<b>Total</b>	<b>5.673</b>

(\* Utilizada cotação de fechamento de 31/03/2015 (US\$ 1,00 = R\$ 3,2080; ¥ 1,00 = R\$ 0,02675).

Ver outras informações sobre empréstimos e financiamentos na nota explicativa 16 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

### 16 Impostos e contribuições

#### (a) Ativo circulante

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
<b>Impostos a recuperar</b>		
Cofins e Pasep	-	10.121
Imposto de renda e contribuição social	153.110	132.447
IRRF sobre aplicações financeiras	12.306	3.718
Outros tributos federais	8.987	2.313
Outros tributos municipais	169	169
<b>Total</b>	<u>174.572</u>	<u>148.768</u>

O aumento no saldo de impostos a recuperar, decorre principalmente do acréscimo na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", devido ao prejuízo fiscal apurado no primeiro trimestre de 2015.

#### (b) Passivo circulante

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>		
Cofins e Pasep	7.569	-
INSS	32.891	33.324
IRRF	912	17.377
Outros	19.666	23.437
<b>Total</b>	<u>61.038</u>	<u>74.138</u>

## Notas Explicativas

### 17 Impostos e contribuições diferidos

#### (a) Saldos patrimoniais

	<b>31 de março de 2015</b>	<b>31 de dezembro de 2014</b>
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
Provisões	489.795	524.728
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	233.993	229.266
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	47.582	45.742
Provisão para perdas de crédito	230.356	222.587
Prejuízo fiscal	186.313	-
Outros	118.188	112.566
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.391.498</u>	<u>1.220.160</u>
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(551.619)	(559.411)
Capitalização de custos de empréstimos	(265.420)	(253.581)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.044)	(87.092)
Ganho/perda atuarial – Plano G1	(2.514)	(2.514)
Outros	(107.747)	(108.084)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.014.344)</u>	<u>(1.010.682)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>377.154</u>	<u>209.478</u>

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

#### (b) Movimentação

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Variação líquida</b>	<b>31 de março de 2015</b>
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	524.728	(34.933)	489.795
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	229.266	4.727	233.993
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.742	1.840	47.582
Perdas de créditos	222.587	7.769	230.356
Prejuízo fiscal	-	186.313	186.313
Outros	112.566	5.622	118.188
Total	<u>1.220.160</u>	<u>171.338</u>	<u>1.391.498</u>

**Notas Explicativas****Impostos diferidos passivo**

Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(559.411)	7.792	(551.619)
Capitalização de custos de empréstimos	(253.581)	(11.839)	(265.420)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.092)	48	(87.044)
Ganho/perda atuarial – G1	(2.514)	-	(2.514)
Outros	(108.084)	337	(107.747)
<b>Total</b>	<b>(1.010.682)</b>	<b>(3.662)</b>	<b>(1.014.344)</b>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>209.478</u>	<u>167.676</u>	<u>377.154</u>

	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>Variação líquida</b>	<b>31 de março de 2014</b>
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	506.568	(22.663)	483.905
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	215.187	3.689	218.876
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	135	44.036
Perdas de créditos	172.482	15.206	187.688
Outros	87.266	21.963	109.229
<b>Total</b>	<b>1.110.675</b>	<b>18.330</b>	<b>1.129.005</b>

**Impostos diferidos passivo**

Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	7.901	(587.384)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(4.832)	(205.175)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(3.366)	(85.077)
Ganho/perda atuarial – G1	(32.405)	-	(32.405)
Outros	(86.901)	(3.754)	(90.655)
<b>Total</b>	<b>(996.645)</b>	<b>(4.051)</b>	<b>(1.000.696)</b>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>114.030</u>	<u>14.279</u>	<u>128.309</u>

**Notas Explicativas****(c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto**

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Janeiro a março de 2015</b>	<b>Janeiro a março de 2014</b>
Lucro antes dos impostos	150.502	740.024
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(51.171)	(251.608)
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(14.654)	(12.716)
Doações	(73)	(2.172)
Acordo GESP (Nota 9 (b))	236.736	-
Outras diferenças	(3.162)	4.058
Imposto de renda e contribuição social	<u>167.676</u>	<u>(262.438)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(276.717)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	167.676	14.279
Alíquota efetiva	111%	36%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (nota explicativa 19 (b) (iii)).

## Notas Explicativas

### 18 Provisões

#### (a) Processos com probabilidade de perda provável

##### (i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Depósitos judiciais vinculados		31 de março de 2015	Depósitos judiciais vinculados		31 de dezembro de 2014
	Provisões			Provisões		
Ações com clientes (i)	591.423	(119.275)	472.148	638.637	(114.463)	524.174
Ações com fornecedores (ii)	268.951	(201.916)	67.035	260.854	(195.478)	65.376
Outras questões cíveis (iii)	121.387	(11.674)	109.713	126.403	(9.990)	116.413
Ações tributárias (iv)	57.144	(629)	56.515	55.554	-	55.554
Ações trabalhistas (v)	215.965	(2.502)	213.463	235.466	(2.233)	233.233
Ações ambientais (vi)	185.702	(834)	184.868	226.404	(807)	225.597
<b>Total</b>	<b>1.440.572</b>	<b>(336.830)</b>	<b>1.103.742</b>	<b>1.543.318</b>	<b>(322.971)</b>	<b>1.220.347</b>
Circulante	601.926	-	601.926	625.092	-	625.092
Não circulante	838.646	(336.830)	501.816	918.226	(322.971)	595.255

##### (ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de março de 2015
Ações com clientes (i)	638.637	9.893	27.167	(14.278)	(69.996)	591.423
Ações com fornecedores (ii)	260.854	583	8.869	(1.123)	(232)	268.951
Outras questões cíveis (iii)	126.403	4.093	5.610	(6.251)	(8.468)	121.387
Ações tributárias (iv)	55.554	730	2.426	(212)	(1.354)	57.144
Ações trabalhistas (v)	235.466	11.872	4.962	(7.124)	(29.211)	215.965
Ações ambientais (vi)	226.404	5.342	6.845	-	(52.889)	185.702
Subtotal	1.543.318	32.513	55.879	(28.988)	(162.150)	1.440.572
Depósitos judiciais vinculados	(322.971)	(7.080)	(11.157)	3.987	391	(336.830)
<b>Total</b>	<b>1.220.347</b>	<b>25.433</b>	<b>44.722</b>	<b>(25.001)</b>	<b>(161.759)</b>	<b>1.103.742</b>

## Notas Explicativas

### **(b) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos**

#### **(i) Ações com clientes**

Aproximadamente 1.220 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 60 ações cujos clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 52.026 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado principalmente pelas revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia.

#### **(ii) Ações com fornecedores**

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.

#### **(iii) Outras questões cíveis**

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável.

#### **(iv) Ações Tributárias**

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável.

#### **(v) Ações Trabalhistas**

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes à horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionados. O decréscimo de R\$ 19.770 ocorrido nos processos de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente à reversões de provisões relacionados a acordos de processos administrativos da Companhia.

## Notas Explicativas

### **(vi) Ações Ambientais**

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O decréscimo ocorrido de R\$ 40.729 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado principalmente a alteração de valor de um processo pela expectativa de acordo com as partes envolvidas.

### **(c) Processos com probabilidade de perda possível**

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível representam o montante aproximadamente de R\$ 4.415.600 em 31 de março de 2015 (dezembro/2014 – R\$ 3.779.100). As principais variações referem-se a dois novos processos ocorridos no primeiro trimestre de 2015, no montante de R\$ 276.225 e R\$ 98.279, relacionados à natureza ambiental e trabalhistas, respectivamente, onde os valores considerados para fins de divulgação tratam-se dos valores questionados pelas partes contrárias, não sendo possível ainda, uma estimativa dos montantes envolvidos por parte da Companhia, considerando o estágio inicial dos processos.

### **(d) Processos com acordos firmados em 2015**

A Companhia firmou, durante o primeiro trimestre de 2015, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 194.348. Desse valor, R\$ 189.475 está relacionado a obras e R\$ 4.873 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo a pagar em 31 de março de 2015, relativo a essas obrigações ambientais é de R\$ 22.676.

As demais informações estão apresentadas na nota explicativa 19 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014.

## **19 Benefícios a funcionários**

### **(a) Plano de benefício assistencial**

Administrado pela Sabesp e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- . Da Companhia: 7,3% em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,2% da folha de pagamento.

## Notas Explicativas

### (b) Planos de benefícios previdenciários

#### Valores reconhecidos no balanço patrimonial

##### Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2014	676.071
Despesas reconhecidas em 2015	19.949
Pagamentos efetuados em 2015	(6.043)
<b>Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2015 (i)</b>	<b>689.977</b>

##### Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2014	2.053.527
Despesas reconhecidas em 2015	61.965
Pagamentos efetuados em 2015	(33.884)
<b>Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2015 (iii)</b>	<b>2.081.608</b>

<b>Total</b>	<b>2.771.585</b>
--------------	------------------

### (i) Plano G1

Administrado pela Sabesprev, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 1,19% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 10,13% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 689.977 (R\$ 676.071 em 31 de dezembro de 2014) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

### (ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de março de 2015, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.298 participantes entre ativos e assistidos (5.188 em dezembro de 2014).

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de março de 2015, foi de R\$ 8.716 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 9.214) referentes a participantes ativos.

## Notas Explicativas

### (iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de março de 2015, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.081.608 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.053.527).

### (c) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados de 2015, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No período de janeiro a março de 2015 e 2014 foram provisionados R\$ 17.307 e R\$ 17.212, respectivamente.

## 20 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo. Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram de R\$ 402.830 e R\$ 318.973, respectivamente.

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 15.000.000 (dezembro/2014 – R\$ 15.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuírem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei 6.404/76.

### (b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2015 é composto de 683.509.869 ações ordinárias (31 de dezembro de 2014 – 683.509.869), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

## Notas Explicativas

	<b>31 de março de 2015</b>		<b>31 de dezembro de 2014</b>	
	<b>Número de ações</b>	<b>%</b>	<b>Número de ações</b>	<b>%</b>
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.285	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	173.874.972	25,44%	169.000.272	24,73%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	164.002.302	23,99%	170.351.902	24,92%
Outros	2.108.310	0,31%	633.410	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(\*) cada ADR corresponde a 1 ação.

Foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária, em 30 de abril de 2015 a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 252.304 e a transferência para a conta Reservas para Investimentos dos saldos de lucros acumulados no valor de R\$ 605.530.

Mais informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, dividendos, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na nota explicativa 22 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2014.

## 22 Lucro por ação

### Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<b>Janeiro a março de 2015</b>	<b>Janeiro a março de 2014</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.178	477.586
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509.869</u>	<u>683.509.869</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,46551</u>	<u>0,69873</u>

## Notas Explicativas

### 23 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

	Janeiro a março de 2015			Saldo conforme demonstrações financeiras
	Água	Esgoto	Reconciliação para as demonstrações financeiras	
Receita operacional bruta	1.129.628	874.864	588.466	2.592.958
Deduções da receita bruta	(70.059)	(54.258)	-	(124.317)
Receita operacional líquida	1.059.569	820.606	588.466	2.468.641
Custos, despesas com vendas e administrativas	(500.765)	(288.409)	(576.376)	(1.365.550)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	558.804	532.197	12.090	1.103.091
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				32.057
Equivalência patrimonial				1.114
Resultado financeiro, líquido				(985.760)
Lucro operacional antes dos impostos				150.502
Depreciação e amortização	141.524	111.784	-	253.308

**Notas Explicativas**

	<b>Janeiro a março de 2014</b>			<b>Saldo conforme demonstrações financeiras</b>
	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Reconciliação para as demonstrações financeiras</b>	
Receita operacional bruta	1.340.077	1.104.354	531.227	2.975.658
Deduções da receita bruta	(100.723)	(83.005)	-	(183.728)
Receita operacional líquida	1.239.354	1.021.349	531.227	2.791.930
Custos, despesas com vendas e administrativas	(929.741)	(585.775)	(520.472)	(2.035.988)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	309.613	435.574	10.755	755.942
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				(43.069)
Equivalência patrimonial				(368)
Resultado financeiro, líquido				27.519
Lucro operacional antes dos impostos				740.024
Depreciação e amortização	145.136	115.122	-	260.258

Explicação para os itens de reconciliação para as demonstrações financeiras: os impactos na receita operacional bruta e nos custos são como segue:

	<b>Janeiro a março de 2015</b>	<b>Janeiro a março de 2014</b>
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	588.466	531.227
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(576.376)	(520.472)
Margem de construção	12.090	10.755

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide nota explicativa 13 (c) e (f).

## Notas Explicativas

### 24 Receitas operacionais

#### (a) Receita de serviços de água e esgoto:

	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.301.350	1.729.248
Sistemas Regionais (i)	703.142	715.183
Total (ii)	<u>2.004.492</u>	<u>2.444.431</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta das vendas de produtos e serviços, apresentou um decréscimo de 18% no período findo em 31 de março de 2015, quando comparado ao mesmo período de 2014. O decréscimo ocorreu devido à queda de 11,7% no volume faturado total de água e esgoto, no período de janeiro a março de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014. Adicionalmente, o bônus de R\$ 211.235, contribuiu para a queda da receita. Inversamente a esses fatores houve um impacto positivo no faturamento de 5,22%, referente ao reajuste tarifário de dezembro de 2014, além de R\$ 79.271 relativo à tarifa de contingência, ambos no período de janeiro a março de 2015.

\*Bônus: Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp

- **Postergação da vigência do bônus**

Por meio da Deliberação 536, de 18 de dezembro de 2014, a ARSESP autorizou a postergação da vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água até o final de 2015 ou até a normalização dos níveis dos reservatórios, o que ocorrer primeiro.

- **Adoção de tarifa de contingência**

A ARSESP publicou em 7 de janeiro de 2015, a Deliberação nº 545, por meio da qual autorizou a adoção da tarifa de contingência aos usuários cujo consumo mensal ultrapasse a média apurada no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, conforme segue:

- (i) 40% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder até 20% da média; ou
- (ii) 100% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder a mais de 20% da média.

Estão sujeitos à tarifa de contingência todos os usuários, inclusive aqueles com contratos de demanda firme, ressalvados os seguintes casos:

## Notas Explicativas

- (i) aqueles com consumo mensal de água menor ou igual a 10 m<sup>3</sup>; e
- (ii) hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios, casas de detenção, e os centros de atendimento da Fundação CASA.

A tarifa de contingência vigorará para os consumos medidos a partir da publicação da Deliberação até 31 de dezembro de 2015, e somente é aplicável aos usuários dos municípios:

- (i) em que a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento sejam de competência da ARSESP; e
- (ii) que tenham sido incluídos no Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

### (b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Receita de serviços de água e esgoto	2.004.492	2.444.431
Receitas de construção (Nota 13 (c))	588.466	531.227
Impostos sobre vendas	(124.317)	(183.728)
Receita líquida	<u>2.468.641</u>	<u>2.791.930</u>

## 25 Custos e despesas operacionais

	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Custos operacionais		
Salários e encargos	365.723	344.299
Obrigações previdenciárias	14.521	11.769
Custos de construção (Nota 13 (c))	576.376	520.472
Materiais gerais	47.178	44.950
Materiais de tratamento	72.319	69.654
Serviços de terceiros	203.695	200.473
Energia elétrica	158.618	139.690
Despesas gerais	85.560	107.980
Depreciação e amortização	234.687	239.430
	<u>1.758.677</u>	<u>1.678.717</u>

**Notas Explicativas**

<b>Despesas com vendas</b>		
Salários e encargos	56.174	54.872
Obrigações previdenciárias	1.885	1.553
Materiais gerais	1.003	1.099
Serviços de terceiros	56.207	62.129
Energia elétrica	169	166
Despesas gerais	19.227	19.286
Depreciação e amortização	2.473	2.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 8 (c))	47.343	14.693
	<u>184.481</u>	<u>156.597</u>
<b>Despesas administrativas</b>		
Salários e encargos	48.391	42.137
Obrigações previdenciárias	47.841	42.108
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 9 (b))	(696.283)	-
Materiais gerais	462	1.048
Serviços de terceiros	35.998	52.058
Energia elétrica	282	162
Despesas gerais	(50.385)	25.403
Depreciação e amortização	16.148	18.029
Despesas fiscais	19.938	19.729
	<u>(577.608)</u>	<u>200.674</u>
<b>Custos e despesas operacionais</b>		
Salários e encargos	470.288	441.308
Obrigações previdenciárias	64.247	55.430
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 9 (b))	(696.283)	-
Custos de construção (Nota 13 (c))	576.376	520.472
Materiais gerais	48.643	47.097
Materiais de tratamento	72.319	69.654
Serviços de terceiros	295.900	314.660
Energia elétrica	159.069	140.018
Despesas gerais	54.402	152.669
Depreciação e amortização	253.308	260.258
Despesas fiscais	19.938	19.729
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 8 (c))	47.343	14.693
	<u>1.365.550</u>	<u>2.035.988</u>

## Notas Explicativas

### 26 Receitas e despesas financeiras

	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(86.663)	(82.209)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira (i)	(30.467)	(24.343)
Outras despesas financeiras	(22.617)	(21.031)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(3.913)	(2.585)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(56.141)	(33.054)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesprev Mais	(432)	(339)
Outras variações monetárias	(4.391)	(2.491)
Juros e variações monetárias sobre provisões (iii)	(999)	(19.946)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(205.623)</b>	<b>(185.998)</b>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	30.313	25.344
Rendimento de aplicações financeiras	47.032	47.706
Juros e outras	26.484	23.802
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>103.829</b>	<b>96.852</b>
<b>Financeiras, líquidas antes das variações cambiais</b>	<b>(101.794)</b>	<b>(89.146)</b>
Variações cambiais		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos (iv)	(884.418)	117.036
Outras variações cambiais	(107)	(27)
Varição cambial ativa	559	(344)
<b>Variações cambiais, líquidas</b>	<b>(883.966)</b>	<b>116.665</b>
<b>Financeiras líquidas</b>	<b>(985.760)</b>	<b>27.519</b>

- (i) O acréscimo na despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reflete principalmente, o aumento no saldo da dívida em razão da valorização de 20,7% e 20,3% do dólar americano e do iene em relação ao real, no primeiro trimestre de 2015, quando comparada a uma desvalorização das moedas no mesmo período de 2014 que foi de 3,4% e 1,6%, respectivamente.

## Notas Explicativas

- (ii) A variação monetária é decorrente do aumento nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, TR e IPCA, que foram de 0,2% e 3,8%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2015 (0,2% e 2,2%, respectivamente, no mesmo período de 2014). As exposições a essas taxas são demonstradas na nota explicativa 4.1 (d).
- (iii) A variação é decorrente, principalmente, pela reversão de atualização monetária de processos judiciais de clientes e ambientais, devido a realização de acordos e pela mudança nas expectativas de perdas desses processos, ocasionada por decisões favoráveis à Companhia.
- (iv) O acréscimo nas despesas é decorrente principalmente, da valorização do dólar e do iene no primeiro trimestre de 2015, que foi de 20,7% e 20,3%, respectivamente, quando comparada a uma desvalorização de 3,4% e 1,6%, respectivamente, no mesmo período de 2014.

### 27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Janeiro a março de 2015</u>	<u>Janeiro a março de 2014</u>
Outras receitas operacionais, líquidas (i)	29.283	16.507
Outras despesas operacionais (ii)	<u>2.774</u>	<u>(59.576)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u><u>32.057</u></u>	<u><u>(43.069)</u></u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, vendas de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

- (i) As outras receitas operacionais apresentaram um acréscimo de R\$ 12,8 milhões, devido principalmente a apuração de receitas decorrentes de venda de direito de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, inversamente houve uma redução na receita obtida através do Programa de Uso Racional da Água (PURA).

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

- (ii) A variação ocorrida em outras despesas operacionais, decorre de redução na despesa com provisão para perdas de hidrômetros em 2015 e do registro em 2014 de provisão para perdas com obras, projetos, hidrômetros e contas a receber junto ao município de Diadema.

## Notas Explicativas

### 28 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores comprometidos em 31 de março de 2015:

	<b>Abril a dezembro de 2015</b>	<b>2016 – 2017</b>	<b>2018 – 2019</b>	<b>2020 em diante</b>	<b>Total</b>
Obrigações contratuais - Despesas	929.719	995.838	264.519	4.225.624	6.415.700
Obrigações contratuais - Investimentos	1.255.891	1.730.408	125.651	2.186.389	5.298.339
<b>Total</b>	<b>2.185.610</b>	<b>2.726.246</b>	<b>390.170</b>	<b>6.412.013</b>	<b>11.714.039</b>

O principal compromisso se refere a PPP São Lourenço. Vide nota explicativa 13 (h).

### 29 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	<b>Janeiro a março de 2015</b>	<b>Janeiro a março de 2014</b>
Total das adições do intangível (Nota 13)	571.144	662.078
Itens que não afetaram o caixa (ver composição abaixo)	(51.185)	(151.638)
<b>Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>519.959</b>	<b>510.440</b>
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no período (Nota 13 (e))	72.472	38.148
Empreiteiros a pagar	(73.397)	(39.372)
Compromissos de contratos de programas	-	117.751
Parceria Público-Privada – PPP (Nota 13 (h))	28.515	-
Arrendamento Mercantil	11.505	24.356
Margem de construção (Notas 13 (f) e 23)	12.090	10.755
<b>Total</b>	<b>51.185</b>	<b>151.638</b>

## Notas Explicativas

### 30 Eventos subsequentes

- **Revisão tarifária**

A ARSESP publicou em 4 de maio de 2015, duas deliberações:

- Deliberação nº 560, que autorizou um reajuste de 7,7875% sobre as tarifas vigentes, constituído por:
  - a) reajuste tarifário anual de 2015 de 7,1899%, calculado com base na variação de 8,1285% do IPCA no período de março de 2014 a março de 2015, menos o fator de eficiência (fator X) de 0,9386%; e
  - b) ajuste adicional de 0,5575%, devido à postergação na aplicação da Revisão Tarifária Ordinária, autorizada para maio de 2014 mas aplicada apenas em dezembro passado, quando foi parcialmente compensada.
- Deliberação nº 561, que estabeleceu o índice de 6,9154% referente à Revisão Tarifária Extraordinária da SABESP aplicável sobre as tarifas autorizadas nesta data pela Deliberação ARSESP nº 560, citada acima.

Os dois ajustes tarifários, acumulados, resultam no índice de 15,24%, aplicáveis 30 dias após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

- **Contratos de Prestação de Serviço de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário**

Em 7 de maio de 2015, a Companhia formalizou Contrato de Prestação de Serviço de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário com os municípios de Barueri e Mairiporã pelo prazo de 30 anos.

- **Recebimento das Ações da CTEEP**

Em 12 de maio de 2015, a Companhia recebeu a transferência de 2.221.000 ações da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, referente às primeiras vinte e quatro parcelas do Acordo com o Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa 9 (b).

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

### **Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais**

As projeções apresentadas no formulário de referência são feitas em bases anuais e não trimestrais, portanto, não se aplica o confronto trimestral entre as informações divulgadas no formulário de referência com os resultados obtidos no trimestre.

O acompanhamento das projeções é feito em bases anuais e divulgado no formulário de referência.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 31/03/2015</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>				
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,3%	343.524.285	50,3%
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>				
<b>Total</b>	<b>343.524.285</b>	<b>50,3%</b>	<b>343.524.285</b>	<b>50,3%</b>
Ações em Circulação	339.985.584	49,7%	339.985.584	49,7%

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 31/03/2014</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>				
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,3%	343.524.258	50,3%
<b>Administradores</b>				
Conselho de Administração	1.515	-	1.515	-
Diretoria	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-	-	-
<b>Outros Acionistas</b>				
<b>Total</b>	<b>343.525.773</b>	<b>50,3%</b>	<b>343.525.773</b>	<b>50,3%</b>
Ações em Circulação	339.984.096	49,7%	339.984.096	49,7%

**2. POSIÇÃO ACIONÁRIA**

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA</b>				
<b>Companhia:</b>			<b>Posição em 31/03/2015</b>	
<b>CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO</b>			<b>(Em Ações)</b>	
	<b>Ações Ordinárias</b>		<b>Total</b>	
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,3	343.524.285	50,3

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Délio Rocha Leite

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 189302/O-8